

## **Anistiado político: VALTERLI LEITE GUEDES**

**Data de nascimento: 15/12/1945**

Em 1964, tinha 18 anos de idade e três anos de Goiânia. Sou filho de retirantes nordestinos, do Ceará, região de Inhamuns, a mais seca do Ceará. Filho de lavrador, pequeno proprietário rural, e de dona de casa costureira. Família de 13 irmãos, sendo oito do primeiro casamento do meu pai e cinco da minha mãe com ele. Nós deixamos o Ceará em busca de lugar que chovesse. No caso, Goiás. Cheguei a Goiás aos seis anos. Fui um menino de roça dos seis aos quinze anos, quando vim estudar em Goiânia. Então, eu conheço bem as atividades rurais. Meus brinquedos, tanto os meus quanto dos meus colegas, dos meus irmãos, não eram industrializados, eram cavalo de pau, vaca de osso; era tomar banhos em córregos. Era aquela vida da qual participaram e participa muitos brasileiros. Hoje a minoria, mas na minha época era acima de 70% da população vivendo na zona rural.

Digo isso para que compreendam que aos 18 anos, e com três de estudo propriamente dito, eu não tinha conhecimento para ser um comunista, por exemplo. Não tinha lido o suficiente para isso. Olhando assim, à distância, fico até feliz de ter me posicionado na esquerda, por que eu teria mesmo que ser coerente com a minha origem, comigo, com o meu passado. Eu não poderia vir para Goiânia e estar ao lado da direita. O que era a direita na época? Eram os estudantes de direita, havia uma disputa entre direita e esquerda. Havia uma briga bem definida entre direita e esquerda. Hoje eu imagino que essa briga existia em função de dois mundos. Um mundo comunista, liderado pela União Soviética; e o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos. De forma, que isso refletia no Brasil inteiro, nos movimentos estudantis que era muito diferente. O comportamento dos estudantes era muito diferente do comportamento de hoje. Hoje os estudantes buscam a felicidade pessoal, naquela época não, existia uma luta ideológica. Então, o golpe de 1964 aconteceu dentro dessa luta ideológica. Por que 64? O golpe foi tentado antes. O golpe foi tentado, por exemplo, em 1955, quando a população do Rio de Janeiro estava nas ruas pedindo a queda do presidente Getúlio Vargas. Essa população incendiada ali pela direita, por Carlos Lacerda, por generais de direita. A política de direita de um modo geral. A qual aconteceria em 64. Por que não aconteceu? Foi o tiro no coração do presidente. A mesma população que estava na rua querendo a queda de Getúlio Vargas, naquele momento, passou a chorar nas ruas a morte do seu presidente.

Então o golpe foi frustrado em 1954, mas a ideia do golpe continuou nos quartéis, nos partidos políticos de direita e em alguns setores do empresariado. E tentou-se colocá-la em prática em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorrida em 24 de agosto de 1961. Houve uma tentativa de golpe naquele momento. Só que o presidente, depois de alguns tragos, renunciou inesperadamente. Não havia o preparo suficiente para concretizar o golpe naquele momento. Então, houve negociação, isso é conhecido, é tema histórico, para que mudasse o sistema de governo e passasse para parlamentarismo, com a posse do presidente. Posteriormente houve um plebiscito e foi restabelecido o presidencialismo. Mas houve aquela tentativa naquele momento, e a ideia do golpe mais uma vez continuou.

Em 1964, tendo em vista que o presidente era realmente um homem de esquerda, um homem que hoje se sabe, com substância de esquerda, essa sua atuação, a maneira de governar acabou induzindo, facilitando para que acontecesse o golpe militar de 31 de março, que suou propriamente dito, em 1º de abril de 1964.

Naquela época eu tinha sido recrutado havia um ano para uma entidade de esquerda. Não era uma entidade propriamente revolucionária, que quisesse pegar em armas. Era uma entidade teórica que se reunia para discutir certos temas, inclusive, com mais frequência, a situação nacional. E foi assim que eu, um estudante de nível médio de 1964, tomei conhecimento de que o golpe iria acontecer mais ou menos um mês antes do que aconteceu.

Nós tínhamos reuniões, vinham pessoas intelectuais para fazer palestras, para discutir conosco a situação nacional. E um jornalista, que não me recordo o nome, mas era um jornalista do estado de São Paulo, veio passar a sua folga em Goiânia para conversar conosco. Tomou um ônibus e veio. Ele disse, olha um golpe vai acontecer no Brasil dentro de um mês. E, é claro, as entidades de esquerda estão muito preparadas, não tem perigo algum, então o golpe vai ser frustrado. Essa foi a expectativa transmitida por aquele jornalista. Ele disse, olha o Brasil está totalmente preparado, o povo está mobilizado. De maneira que não tem perigo. Não mudamos o regime no Brasil porque estamos aguardando que as esquerdas de outros países como a Colômbia, a Venezuela e a Argentina, as esquerdas desses países também façam a preparação igual a que fizemos aqui para que isso aconteça em conjunto, de uma vez só.

O fato é que quando aconteceu o golpe, aqueles rumores, aquele zunzunzum, aquela tensão nacional aí 30, 31 de março, eu já estava sabendo que algo iria acontecer de grave no Brasil. E realmente aconteceu. Em Goiás, o então governador Mauro Borges Teixeira, ele apoiou totalmente, apoiou entusiasticamente aquele movimento golpista. Por que ele apoiou, isso é coisa que ele mesmo deveria explicar. Mas os fatos que eram públicos na época são mais ou menos o seguinte: voltamos a agosto de 1961, quando o presidente Jânio Quadros, renunciou. O então governador colocou-se ao lado do movimento liderado e deflagrado no Rio Grande do Sul. O então governador Mauro Borges colocou-se ao lado de Brizola, criaram a cadeia da legalidade, e a rádio estatal goiana, Rádio Brasil Central, que era e é do governo de Goiás, foi colocada em cadeia, e foram convocados jovens para fazerem exercícios militares em preparação para impor a posse, como presidente, do vice-presidente João Goulart. Ele estava viajando para a China e demorou a vir tomar posse porque veio para os Estados Unidos e depois para a Argentina. Mas era muito perigoso ele chegar naquele momento. Então, houve esse movimento para preparar a volta dele. E o Governador Mauro Borges apoiou esse movimento. Em consequência, ele esperava que Goiás tivesse uma recompensa em termos de ajuda financeira, de obras. E essa recompensa, de 61 a 64, ele achava que ela não tinha acontecido. Goiás não indicou um ministro dele, o ministério no parlamentarismo não tinha um ministro indicado pelo Mauro Borges. Ao contrário, foi indicado a ministro da Justiça um adversário dele, o deputado federal Alfredo Nasser, que era do partido do Ademar de Barros.

O que se sabe é que o PSP, os partidos daquela época, que era em um número de 13, funcionavam como esses trinta e tantos que temos hoje funcionavam fazendo negociação para ocupar cargos. E o PSP ficou com o ministério da Justiça. Colocar quem no ministério da Justiça? A pessoa mais qualificada que o PSP nacional, partido do Ademar de Barros, governador de São Paulo, tinha era o deputado Alfredo Nasser. Então, foi colocado lá um adversário do governador Mauro Borges, quando o Mauro Borges é que havia participado do movimento pela posse de Jango. E ocupar ministério de Estado, especialmente naquela época, era coisa muito importante. Porque, agora mais recentemente, Goiás já indicou vários ministros. Hoje são quase 40 ministros, naquela época eram poucos, menos de 15. O ministério da Justiça e de Negócios Exteriores era muito importante. Goiás politicamente era um estado muito periférico, basta dizer que, até então, só um goiano havia sido ministro de Estado no Brasil; só um goiano, Leopoldo de Bulhões, que foi um ministro forte, ministro da

Fazenda de dois governos, ministro do século passado. Mas, desde Leopoldo de Bulhões, nenhum outro havia ocupado um ministério. E aí Alfredo Nasser ocupou. E isso afastou o governador Mauro Borges do presidente Jango.

O fato é que entre 31 de março e 1º de abril de 1964 enquanto os adversários de Mauro Borges, os adversários do PSD, o partido do Pedro Ludovico, do Mauro Borges, principal chefe político naquele momento, enquanto o partido dele estava contra o presidente Jango, os partidos dos seus adversários, a UDN, o PSP, o prefeito de Goiânia, Hélio de Brito, essas pessoas estavam conversando sobre aliança com o PTB de Jango. Essa aliança resultaria no apoio dos partidos ao vice-governador da época, que era o Antônio Rezende Monteiro, do PTB, para o cargo de governador no pleito que se realizaria ainda em 1965. De forma que as forças que naturalmente estariam ao lado do golpe, estavam se aliando ao presidente João Goulart, e Mauro Borges estava a favor do golpe.

A explicação política é essa, embora eu ache que o governador ficou contra a democracia. Uma coisa é ficar contra Jango, outra coisa é ficar contra a democracia, e foi o que ele fez. Essas forças contrárias a ele, e que estavam na contramão do golpe, elas se articularam rapidamente e começaram um movimento pela queda do governador Mauro Borges. E a queda veio acontecer alguns meses depois, precisamente no dia 26 de novembro de 1964.

Em Goiás houve intervenção federal no dia 26 de novembro. Foi o único estado do Brasil onde a ditadura promoveu uma intervenção federal. Vários governadores tiveram seus mandatos cassados, os direitos políticos suspensos, foram presos. O primeiro governador preso foi Miguel Arrais, no Pernambuco. Mas, o vice dele, que era um rico usineiro, assumiu no seu lugar. Em Goiás não, houve intervenção, o vice-governador não foi cassado, mas, não assumiu. Quem veio assumir o governo foi um coronel do Exército, porque, até então, estava um coronel golpista, o coronel Carlos de Almeida Matos, que de 1954 a 1961 estava em Cuiabá. Ele veio para Goiás como interventor federal porque fazia parte do golpe a intervenção por dois meses. Nesses dois meses foi escolhido governador o Marechal Ribas Junior, escolhido pessoalmente pelo então presidente, Humberto Castelo Branco.

O General estava de pijamas no Rio de Janeiro, morando em Ipanema, quando um dia o general Castelo Branco telefonou para ele. Ele não sabia quem era, mas era o Castelo Branco que perguntou, é o Ribas? E ele respondeu não é o marechal! Aqui é o Castelo, e o Ribas respondeu, então aqui é o Ribas! E assim o Castelo fez o convite para ele vir ser o governador de Goiás. E o Ribas debochou tanto de Goiás, desde o começo, que respondeu assim: eu não estava pensando em sair do Brasil agora - querendo dizer que o Brasil era Ipanema onde ele morava. E acabou que realmente veio como governador para completar o mandato do governador Mauro Borges.

E como eu me insiro nisso? Eu era um pequeno funcionário, sem carteira assinada, contratado precariamente como revisor da Imprensa Oficial. A Imprensa Oficial era o Diário Oficial que tinha a parte noticiosa, que foi lançada em Goiás pelo governo Mauro Borges. Um jornal diário chamado de "Diários de Goiás". E eu trabalhava, também, nesse jornal. Eu fui despedido imediatamente nos primeiros dias de abril de 1964. Foi dito a mim, olha você não precisa mais voltar aqui. Não recebi nada por escrito. Eu fui demitido em abril, e lá em outubro o governador editou um decreto oficializando a minha demissão. Eu acredito que até para mostrar em Brasília que ele estaria realmente perseguindo supostos comunistas, ou verdadeiros comunistas. De maneira que foi já em abril.

Eu fui procurar trabalho em outro lugar, virei repórter policial. Poucos meses depois, no governo Ribas júnior, fui proibido de trabalhar pelo secretário de Segurança Pública, um capitão do Exército. Ele assinou uma portaria e mandou publicar em todos os jornais diários de Goiânia. Eram 5 jornais na época, tinham mais jornais do que hoje. Eu era repórter policial, e ele me proibiu de entrar nos órgãos da Secretaria de Segurança Pública. Então, passei a ser uma espécie de leproso social. Eu não podia trabalhar em jornal, mas acabei continuando o trabalho porque alguns jornais me chamavam. Trabalhei em todos os jornais de Goiânia, nesse período.

Fiz posteriormente o curso de Direito, mas antes disso, ainda em 1964, veio a prisão pelo Exército com base em uma ficha de comunista existente na Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS. E o Exército me recolheu ao Batalhão de Caçadores.

Eu devo dizer que era tudo novidade para mim. Eu nunca havia entrado em um quartel do Exército. Fui recebido por um pelotão com mais ou menos 8 ou 10 militares, todos portando fuzis, um comandante dando ordem de comando, baixar e levantar as armas. Puseram-me na frente e me levaram para a prisão, que era em uma sala de aula. Os presos eram tantos que precisaram usar uma sala de aula para colocar todos. Éramos mais ou menos uns 30 nessa sala de aula no 10º Batalhão. A essa altura o comandante já era Danilo Darci de Sá da Cunha e Melo. Ele fazia visitas de vez em quando à prisão.

Uma curiosidade entre os presos é que havia muitas duplas de irmãos: eu e João Leite Neto, meu irmão; dois cariocas, Maurício e João Batista; o Aluísio e o Toni Sá Peixoto, filho do doutor Sá Peixoto; dois irmãos do Tarzan de Castro, o Alan e o Erlan; dois filhos do desembargador Jorge Jardim, Ronaldo e Antônio. Eram muitas as duplas de irmãos, e o coronel Danilo de vez em quando fazia visitas a essa prisão.

Recordo-me que um dia, por volta de 2 da tarde, o portão se abriu e ele, em traje de campanha com uma pistola a altura do joelho, entrou com alguns militares. Alguns deles, soube-se depois, praticaram muitas torturas em Goiás. Os Sargentos Guido e Thompson entraram e começaram a fazer um trabalho de vistoria na prisão. Nós não tínhamos rádio, não tínhamos nada para ler. Mas nos deram folhas de papéis e esferográficas. E nós bolamos uma maneira de ir passando o tempo, o jogo do risca-risca. Era mais ou menos assim, escrevia de 1 a 100, cada um dos participantes ficava com número na mão, e os outros iam cantando aqueles números; quando era chamado o número 70, por exemplo, quem estava com ele nas mãos era o vitorioso. E o que ficava por último perdia o jogo. E em uma dessas inspeções do coronel Danilo, o sargento achou aquele papel do jogo do risca-risca e chamou o coronel em particular; o coronel viu aquilo e ficamos muito preocupados. E o coronel disse, vocês vão me explicar isso aqui. Dissemos a ele que era o jogo do risca-risca, era a maneira de nós passarmos o tempo, e não adiantou. Fomos levados a 7ª CSN para depor porque o coronel imaginou que aquilo poderia ser, por exemplo, um plano de tomada do quartel.

A essa altura não se falava tanto em torturas. Só depois alguns desses companheiros que estavam presos lá foram barbaramente torturados. Por exemplo, Pedro Ribeiro dos Santos, que era o principal líder sindical de Goiás naquele momento, em 64; ele era o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás. Era um homem vigoroso, forte, um piauiense, um grande papo. Ele morreu alguns anos depois. E morreu de tristeza, eu imagino, porque eles devem ter realmente torturado ele. Outro que foi muito torturado foi um polonês que estava preso conosco, o Paulo Gútico, que era um professor de vários idiomas, muito inteligente. Ele tinha facilidade com os idiomas e dava aulas de vários idiomas e sobrevivia com essas aulas. Ele foi muito torturado porque, no processo para derrubar o

Mauro Borges, eles o obrigavam, através de tortura, a dizer que ele seria aqui em Goiás uma ligação do Mauro com o regime comunista da Polônia, um espião polonês com vinculação com o governo de Goiás. Depois ficou confirmado que Paulo Gútico era um intelectual que sobrevivia modestamente das suas aulas de idiomas em Goiânia.

Posteriormente, trabalhando no jornal Cinco de Março em Goiânia, alguns anos depois, tive oportunidade de me vingar. Naquela época a escolha do governador era por via indireta. E por ser indireta, era comum surgir muitos candidatos. Bastava os generais indicarem. E o coronel Danilo, secretário de Segurança Pública, era um dos governadoriáveis. A imprensa relacionava os dez governadoriáveis, sendo que um daqueles seria o governador. E um desses nomes era o do coronel Danilo da Cunha e Melo. E aconteceu que nesse momento, o Paulo Gútico, esse intelectual polonês, morreu de infarto. E eu aproveitei aquilo para de certa forma me vingar do coronel Danilo. Fiz uma manchete e o jornal Cinco de Março publicou com chamada de 1ª página. O editor do jornal sempre gostou dessas coisas, da ousadia no jornalismo, e saiu a matéria que eu escrevi com a chamada sobre a morte do Paulo Gútico na primeira página. A matéria tinha o seguinte título, “Candidatura de Danilo Mata Um”. Isso foi o suficiente para que a candidatura do coronel fosse eliminada. Um candidato que a simples candidatura dele é suficiente para matar alguém, como governador faria muito pior.

O fato é que eu não sou nenhum herói, não fiz nada de extraordinário. Companheiros que faziam parte da POLOP em Goiás, estes sim, conforme foi verificado, conforme os registros da história, e os registros estão aí para testemunhar, esses ousaram muito. Pegaram em armas, como Juarez Brito Guimaraes e sua mulher, Maria do Carmo Brito. E outros com os quais nós nos reuníamos em Goiânia, estes sim. Eu fiquei apenas modestamente no jornalismo como repórter, como estudante de Direito, cuidando da minha vida. É claro que sem nunca me aliar à ditadura; eu fiquei na legalidade, eu não parti para o trabalho clandestino. O que eu podia fazer eu fazia no próprio jornalismo, sendo perseguido, sendo demitido de jornais - às vezes a pedido das autoridades da época.

Uma vez eu fui eleito secretário do Sindicato dos Jornalistas. Na eleição seguinte já tinha uma ordem federal impedindo que eu fosse candidato. De maneira que eu fazia quase nada, fazia o que podia contra a ditadura, e a ditadura ia fazendo sempre o que pudesse contra mim.

Acabei sendo preso posteriormente como estudante de Direito. Fui preso novamente no mesmo quartel, por volta de 1972, 1973, não me lembro bem. Fui intimado para comparecer ao quartel. Tinha comprado o meu primeiro carro, e me dirigi ao quartel para atender a convocação, e lá eu fiquei preso. Queriam que eu escrevesse tudo que eu soubesse para eles. E eu não escrevi nada. Falei que não sabia de nada, então, não tinha o que escrever. Acontece que outras pessoas conhecidas e que me conheciam já haviam escrito dizendo que eu participei de reunião assim, assada. Eu não confessei que tinha participado de reunião, daquela reunião específica porque se eu abrisse a guarda eles iriam querer saber de muito mais coisas. Então, eu não sei de nada e tal. E fui acareado com um. Eu não ponho culpa em ninguém por que cada um tem os seus limites, se o cara vai torturado é evidente que ele pode não suportar. Eu propriamente não fui torturado, só psicologicamente. Em cada depoimento tinha um aparelho de dar choque colado na cadeira. Mas pancada não recebi. Fui colocado em um banheiro com piso de cerâmica durante dias, nu. E com a orientação para que quando a porta se abrisse eu ficasse de pé, virado para a parede e levantasse as mãos à altura das orelhas. Em outras palavras, para que eu não visse os rostos deles.

Eu me lembro de que em uma dessas vezes quando eu percebi que as portas havia se fechado, ninguém falou nada. Eu me virei e estava no chão um pão grande que tinha sido deixado ali para eu comer. E nessas circunstâncias a gente não tem muito apetite, então eu passei a utilizar aquele pão como traveseiro. Meu traveseiro era a mão; eu pelado ali dentro do banheiro, usava as mãos como traveseiro. E as noites acabavam sendo muito longas, por que a gente pensava que dormia muito, mas tinha dormido só 5 minutos. Aquelas marcas da cerâmica ficavam no corpo da gente. Eram noites longas.

O quartel tinha música o dia inteiro. Tem uma música que eu peguei birra, exatamente naquele momento, por tocar todos os dias no alto-falante do quartel: “Eu te amo meu Brasil, eu te amo”. E eu amo o Brasil, mas dessa música eu fiquei com raiva. E eu ficava pensando, um dia eu estarei vivo e esses generais golpistas já estarão mortos. E a gente vai poder comemorar tudo isso aí.

E foi assim que já em 79 surgiu a primeira anistia. Mas, antes disso, eu gostaria de dizer mais alguma coisa sobre questão goiana, da ditadura em Goiás propriamente. Ainda sobre a atuação do Governo Mauro Borges, fichamento de comunistas. Todos sabem que o DOPS em 1964, ou nos anos imediatamente anteriores a 64, não se preocupava com comunistas, preocupava com travestis na rua; em outras palavras, não se preocupava com a ordem política, se preocupava com a ordem social. Então não havia nela comunistas fichados. Eu tenho certeza que não existia essa ficha de comunista no DOPS. E essas fichas vieram a existir como? Foi da seguinte forma, o governador Mauro Borges era um dos incumbidos de escolher o presidente da República da ditadura. E os outros governadores incumbidos dessa missão pelos militares para escolher esse nome, eram o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti; o de São Paulo, Ademar de Barros; e o do Guanabara, Carlos Lacerda. O governador Mauro Borges estava em um hotel e, por volta de 8, 9 horas da noite, fez uma ligação para o seu secretário de Estado de Segurança Pública Rivadavia Xavier Nunes. Muito jovem na época, advogado de Anápolis, era de um partido pequeno como os de hoje e de oposição, mas que naquela época apoiou o candidato Mauro Borges. O Rivadavia foi nomeado na cota desse partido, como secretário de Segurança Pública. Então, o governador Mauro Borges fez um telefonema interurbano para a casa de seu secretário e perguntou se tinha comunistas fichados no DOPS. Ele respondeu que não; o governador disse, precisamos ter, e o assunto foi só esse. E no dia seguinte pela manhã o secretário de Segurança pegou seu automóvel e foi ao 10º Batalhão de Caçadores e pediu uma audiência ao comandante. O objetivo era pedir ao comandante que o DOPS estadual copiasse as fichas de comunistas que por ventura existisse naquele Batalhão. E ele foi atendido pelo coronel que prontamente cedeu as fichas para retirar cópias. Eu acredito que tenha até hoje fichas de comunistas nos quartéis brasileiros. Foi uma prática que se tornou rotineira desde 1935 e as Forças Armadas passaram a se preocupar com comunistas de um modo geral. O acervo do DOPS de Goiás foi baseado nessas cópias de fichas do quartel. É importante dizer isso porque o governador nesse momento estava ao lado golpe, e o golpe foi ficando contra ele e a ditadura acabou mandando um general para Goiânia, para fazer um inquérito sobre a atividade ideológica do governador Mauro Borges.

O governo Mauro Borges era um governo moderno, planejado e tinha diversos vieses dentro desse governo do ponto de vista ideológico. Tinha um seguimento militar. Que sendo militar ele quis prestigiar alguns colegas de farda, nos quais ele confiava. Tinha um seguimento de direita e um seguimento de esquerda. Daí a explicar a presença da Eveline Singer, na Polop, Política Operária. Aquela que me convidou para ir para a POLOP era técnica altamente qualificada, da Secretaria de Educação. E existiam vários elementos de esquerda vindos do

Rio, de São Paulo. Então Mauro Borges tinha algum tipo de compromisso político com esquerda.

Então veio para Goiânia o general Lima Castro, para fazer esse inquérito, apurar as atividades do governador. O general ficou hospedado no hotel Bandeirantes, e se deslocava em horários previamente marcados, agendados, para colher depoimentos do governador. Esse general fez uma indagação ao governador, fez uma observação. O senhor tem elementos comunistas no seu governo, dentro do Palácio. E o governador Mauro Borges disse, não, não tenho, não é do meu conhecimento. Mas deveria ser, por que são elementos fichados no DOPS, que é um órgão estadual.

E aquele telefonema do governador para o secretário de Segurança, que resultou nas cópias, na coleta das fichas de comunistas no DOPS, virou-se contra ele. Nas fichas estavam elementos que não sei se eram comunistas ou não, mas que estavam fichados no Exército e que trabalhavam no Palácio. O cineasta João Bennio Batista, era um desses. O João Batista Zacarioti, procurador da Assembleia Legislativa, posteriormente exilado no Chile, foi muito torturado, foi outro que estava fichado. A partir daquela recomendação do governador para que seu secretário de Segurança providenciasse o fichamento de comunistas, passou-se a fazer fichas rotineiras no DOPS de Goiás. Mas aquela providência determinada pelo governador acabou complicando a vida do próprio governador que veio a cair posteriormente, em 26 de novembro. De forma que a vida prosseguiu em Goiás e no Brasil.

A ditadura a partir de 68 recrudescceu, ela radicalizou, ficou muito mais forte, muito mais dura, com o AI-5.

Foram muitos os atos institucionais. O primeiro pelo qual eu fui punido pelo governador Mauro Borges foi o Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Não era numerado, não era o ato institucional número 1. O projeto dos golpistas era ter um ato institucional só, e possivelmente a abertura democrática viesse mais rápida. Essa era a tese de um dos seguimentos militares. No caso, do próprio Castelo Branco. Ele era por uma abertura mais rápida. E foram vários atos institucionais, o mais famoso foi o Ato nº 5, que foi editado no dia 13 de dezembro de 1968. A partir de então houve um fechamento muito grande, de vários anos.

A abertura acabou começando por imposição popular, por imposição das urnas. A ditadura era uma ditadura civil-militar, era uma ditadura cujos ditadores tinham prazos determinados para ficarem no poder. Era uma ditadura diferenciada. Em uma eleição que houve em 1964, eram 24 unidades da Federação, só tinham dois partidos, Arena e MDB, o MDB, que era oposição, elegeu 16 dos 24 senadores. Isso assustou a ditadura, mostrando que a população estava contra a ditadura. Eles se assustaram porque boa parte da população apoiou o golpe de 1964. É preciso dizer isso. É preciso dizer que a imprensa, parte dela, apoiou o golpe de 64. Dizer que a imprensa ficou contra, que ela disse não, não foi nada disso. Boa parte da imprensa, dos órgãos ricos apoiou. O papel que hoje é ocupado pela Rede Globo, que tem cadeia nacional, tem presença no país todo, era ocupado e guardava proporções com muito mais força, muito mais veículo, pelos Diários Associados - Diários de Emissoras Associadas, do Assis Chateaubriand. Ele tinha jornais em todos os estados e territórios, foi pioneiro na implantação de estação de televisões no Brasil.

Os Diários Associados apoiaram tão entusiasticamente o golpe, que em Goiânia foi instalado um grande garrafão de vidro, grande mesmo, talvez de uns 300 litros, 200 litros. Foi colocado na carroceria de um caminhão e esse caminhão ficou estacionado por vários dias na Praça do

Bandeirante para que naquele cofre fossem colocadas as contribuições da Campanha do Ouro para o Bem do Brasil. Então, os Associados implantaram, socorrendo o golpe, socorrendo a ditadura, para popularizar a ditadura, lançaram a campanha do Ouro para o Bem do Brasil. No lançamento da campanha muitos casais, acreditando naquilo, porque o Ouro para o Bem do Brasil era para o pagamento da dívida externa brasileira, que na época era pequena, mas para o país, na época, era considerada grande, coisa de 3 a 4 bilhões de dólares. Para o Brasil de hoje é troco, mas que naquele tempo era muito dinheiro. Então, muitos casais, em fila, compareceram para depositar naquele vidro grande as suas alianças de casamento. E o povo patrioticamente foi fazer isso, boa parte da população fez isso. Claro que os ricos, pois os pobres já estavam desconfiados de tudo aquilo, e com razão por que a dívida brasileira, com a ditadura, aumentou e muito.

O milagre brasileiro foi feito em cima do endividamento do país. Empréstimos para construir a Transamazônica e outras obras que eles queriam fazer para dar a impressão de desenvolvimento do país. O chamado milagre brasileiro não era milagre coisas alguma, era o dinheiro estrangeiro em forma de empréstimos, e que ainda hoje estão aí criando problemas para o Brasil. O grande problema do Brasil hoje é o seu endividamento. A dívida externa hoje é considerada pequena, mas porque o governo internizou essa dívida, então ela hoje está alcançando 2 trilhões de reais porque foi internizada. É melhor que a dívida externa, porque a externa a gente deve para o estrangeiro. E sendo interna somos devedores de nós mesmos. Somos um país que gasta 20 bilhões de reais com educação por ano e 200 bilhões com os juros, com os serviços da dívida. E foi justamente esse endividamento que provocou o fim da ditadura.

Essa abertura iniciada em 1974, com essa eleição, sinalizou para os militares que o país queria mudar. E alguns generais tiveram sensibilidade para compreender isso e achar que era momento para o processo de mudança, que o general Ernesto Geisel definiu como sendo lenta. Abertura lenta, gradual e segura. Realmente ela foi bastante lenta e gradual, mas foi acontecendo.

Havia dois seguimentos, o seguimento militar que queria a abertura e o que não queria. Os seguimentos que não queriam tentaram fazer um atentado, prepararam o atentado durante um show no Canecão no Rio de Janeiro. Foi frustrado porque, quando os dois militares estavam chegando com a bomba no colo de um sargento, num veículo dirigido por um capitão, a bomba explodiu no colo do sargento, matando-o e ferindo gravemente o capitão. O objetivo era atribuir o atentado às forças de esquerda para que não houvesse a abertura programada pelos generais que achavam que ela deveria acontecer.

Mas o povo já havia sinalizado em 1974 que realmente queria a abertura política, e ela foi acontecendo. Em 1979, o general Figueiredo, o então presidente da República, mandou uma mensagem ao Congresso e nessa mensagem continha a anistia. Eu quando vi pela Globo, Jornal Nacional, Cid Moreira lendo a mensagem, eu pensei, eu me enquadro nessa Lei aí por que todos que foram punidos com base nos atos institucionais são anistiados. Eu era pequeno funcionário do governo de Goiás e fui punido com base no Ato número 1. Pensei, eu me enquadro nisso aí, e de fato me enquadrei naquele dispositivo da anistia de 79. E a abertura foi prosseguindo, claro que dentro dessa cultura brasileira. Nós temos uma cultura diferenciada no Brasil, diferente de muitos outros países. Quem vai aos países vizinhos aqui, vai ao Chile, a Argentina, vê lá as estátuas dos libertadores, antigas, de San Martim e por aí vai. Libertadores nascidos naquele país. No Brasil não, nós temos Tiradentes como herói da independência, mas quem promoveu a independência foi o próprio imperador. O próprio



governo, o colonizador. E dessa forma foi na abertura política. Houve o milagre também com a morte do Tancredo Neves. Operou-se o milagre por que o presidente do partido da ditadura veio a ser o presidente da abertura, o Sarney, o presidente do reestabelecimento da democracia.

Se alguém que morreu no final da ditadura pudesse ressuscitar e voltasse 2, 3 anos depois do fim da ditadura, levaria um susto ao encontrar o Sarney, presidente da Arena, como o presidente da República. Mas isso é coisa da cultura brasileira, a mesma cultura que está persistindo ainda agora, recusando a criação da Comissão da Verdade.

Esse trabalho do Ministério da Justiça, das associações de anistiados, colhendo depoimentos é um trabalho muito bom porque dá às pessoas a oportunidade de contar a sua verdade, a sua modesta participação, como é o meu caso. O que não quer dizer que seja a verdade inteira. Mas dar a sua versão a respeito de todos esses episódios é muito importante. Então, o que o Brasil quer hoje, ano de 2012, com uma mulher na presidência da República? Não está querendo, eu imagino, punir com prisões os torturadores, os ditadores como a própria Argentina fez com o general ficando na cadeia, às vezes preso domiciliarmente por questão de idade. Mas de qualquer maneira isso é uma punição moral. No Brasil nem punição moral, a anistia foi recíproca, foi para os dois lados. E isso tudo foi negociado, dentro da nossa tradição de conciliação. Mas tudo bem, isso já é reconhecido até pelo Tribunal Superior Federal. Mas por que a oposição à verdade, a verdade histórica, aos documentos que por ventura existem? Porque generais e militares da reserva se opõem, agora no ano de 2012, se opõe que seja criada a Comissão da Verdade e são ouvidos pela imprensa? Aparentemente eles não têm chance alguma, mas, estão sendo ouvidos. E possivelmente eles estejam a serviço de generais da ativa. Acredito que eles não podem mais oferecer... porque o país amadureceu. A importância de uma ditadura, por mais crueldade que ela tenha praticado, é o amadurecimento da sociedade. E o Brasil já sabe que não quer outra ditadura. Mas eles não querem a verdade, não querem que seja dito o que aconteceu, não querem que seja revelada essa verdade.

Eu acredito que o Brasil vem muito vagarosamente conquistando o seu processo civilizatório. Foi o último país das Américas a libertar os seus escravos. Então, foi um marco no processo civilizatório. São vários os marcos, muitas vezes imperceptíveis.

Quando o Fernando Henrique criou o Ministério da Defesa, juntando ali diversos ministérios militares, aquilo foi um passo importante no processo civilizatório brasileiro. Por que o normal na cultura das republiquetas existentes na América do Sul era os militares muito fortes. Nós tínhamos no Brasil o Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Guerra, do Exército, da Marinha. O ministro-chefe do Gabinete da Presidência da República, do Estado Maior das Forças Armadas, eram muitos os ministérios militares. A criação de um ministério único, o Ministério da Defesa, foi uma grande conquista. Até políticos que já foram cassados, civis, foram nomeados ministros como, por exemplo, Valdir Pires. De forma que o poder civil é que tem que prevalecer. O militar tem que ser circunscrito a suas tarefas. As forças militares são muito importantes, a defesa do Brasil é importante. E acho que o Brasil tem que cuidar bem, é um país que está cada vez mais rico. E é preciso que cuide de suas riquezas e das suas defesas. O que não pode, é um absurdo, é uma violência é o militar utilizar as suas armas que são dadas pelo contribuinte, pelo povo, pela população para querer se insurgir contra o próprio povo, retirar a democracia do Brasil, assumir o poder e administrar. Isso é como o guarda noturno de um estabelecimento comercial tomar o estabelecimento comercial; é furtar o estabelecimento. Isso é impossível.

Para concluir, eu acho que o Brasil será um país civilizado, deu muitos passos. A existência de uma presidente, uma mulher na presidência, é um passo muito importante. Nesse processo civilizatório, essa participação é importante porque a mulher supostamente, vamos ser aqui modestos ou razoáveis, elas significam 50% da inteligência nacional. E se elas não podiam, não tinha mulheres deputadas, era uma coisa muito rara; até os anos 30 elas não podiam nem votar, e se elas não pudessem ter essa participação, ocupar posições, nós estaríamos, de cara, desprezando, abrindo mão, de pelo menos 50% da inteligência nacional, da capacidade nacional. Como somos um país ainda de muitos analfabetos, já foram mais, mas ainda temos muitos, nós estamos abrindo mão da inteligência desses analfabetos, também. E se o Brasil oferecer possibilidades de educação farta e de qualidade para toda população, nós vamos dar um grande salto. Não existe possibilidade de desenvolvimento sem educação. Não tem nenhum país do mundo, não existe um registro de um país rico com analfabetos, não tem. Ao contrário, tem país rico sem ter minério, sem ter ferro e sem ter petróleo e é rico, mas porque tem educação.

Como acontece agora com a Coreia do Sul, que aplica muito dinheiro em educação. Nós aplicamos pouquíssimo. E nós vamos dando esse salto. Um deles é ter uma mulher presidente, foi criar o Ministério da Defesa. Um salto mais antigo foi a libertação dos escravos. São saltos que vão sendo dados. Mas falta um salto, que é o militar poder dar sua opinião sem ser uma opinião tendente a usar a forças das armas para atuação política. Tem que usar argumentos. E um argumento contra a revelação da verdade é um argumento inconsistente. É um argumento que não se sustenta. A verdade é o que todos queremos.

Seria muito bom se hoje tivéssemos os documentos sobre escravidão, seria bom para não se repetir isso, mas não, queimaram muitos documentos por ser algo que realmente envergonhava o Brasil.

O Haiti, que é um país muito pobre, foi o primeiro a libertar os escravos. Nós fomos o último. Então, a verdade tem que vir. Mas têm militares da reserva que estão dizendo que não, que não pode, que isso é absurdo. Absurdo por quê?

Então, vocês da Associação dos Anistiados, esse projeto do Ministério da Justiça, vocês estão fazendo muito ao fazer essas gravações. Eu não tenho muito a dizer, não tenho muitas histórias. Sou um jornalista da província, que depois fez Direito e que está hoje na advocacia e no jornalismo, mas muito modestamente. Então, eu não teria muito a revelar. E fico feliz em ver que vocês estão buscando documentar tudo isso, buscar a verdade para que as novas gerações possam realmente ter acesso a essas informações. Sobretudo com o objetivo de que o Brasil possa avançar, possa ganhar novos degraus no processo civilizatório para que sejamos em breve um grande país, uma potência mundial. Temos riquezas naturais para sermos potência mundial, temos população, falta justamente dar instrução, dar informação a esse povo para que ele possa construir um grande país.